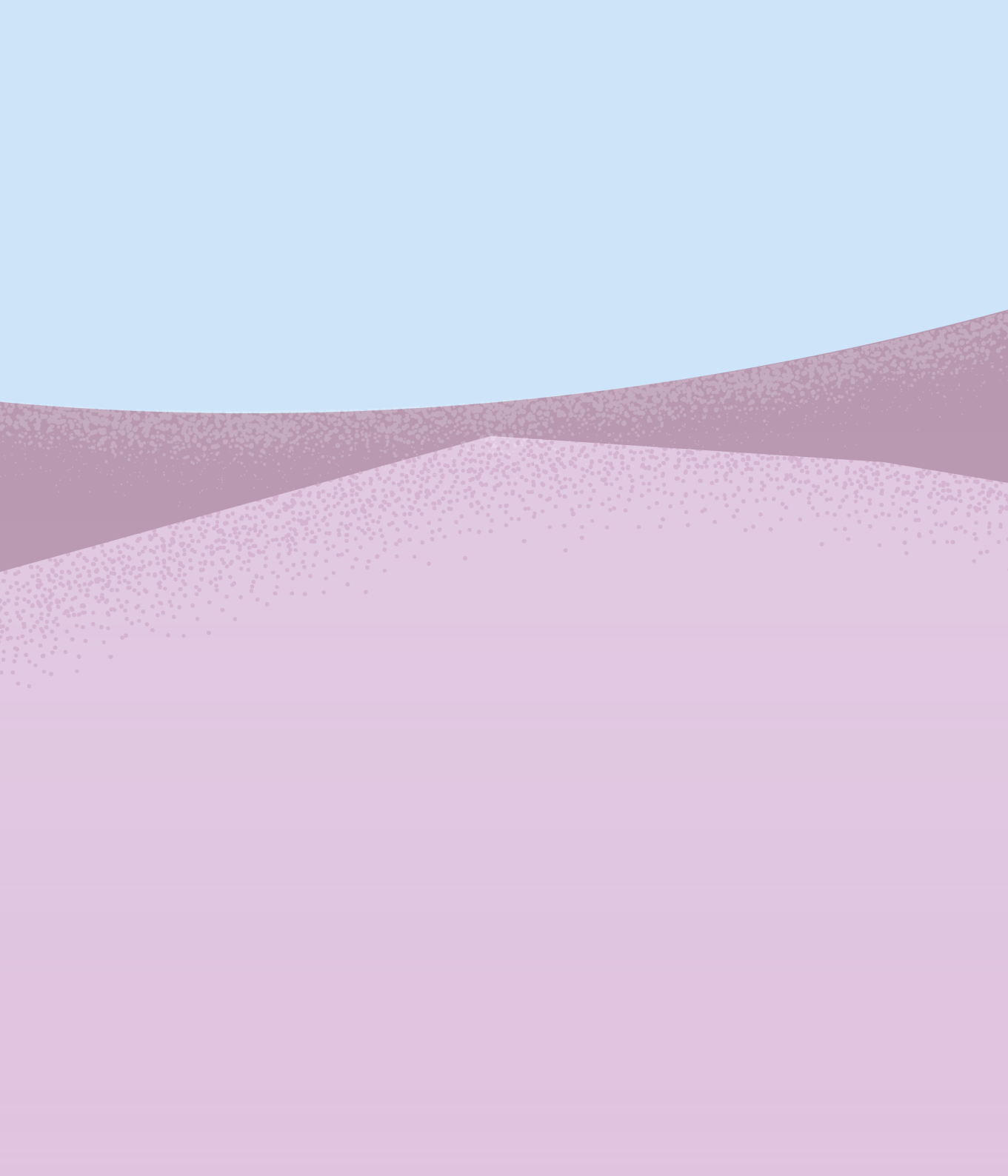




**FOMENTAR
SONHOS**

**FOMENTO PARA SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL: EXPERIÊNCIA COM**

Camponesas e camponeses



**Fomento para a Segurança
Alimentar e Nutricional:
experiência com camponesas
e camponeses**

Fomento para a Segurança Alimentar e Nutricional: experiência com camponesas e camponeses

Ana Maria Dubeux Gervais
Ana Paula Gomes da Silva
Carlos André Lima Silva
Ernestina de Freitas Giles
Izabela Alves Lopes
João Paulo Peterson de Santana
Milze Silva da Luz
Nayra Luiza de Oliveira Souza
Silvana Maria de Lemos

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo Alckmin

**Ministro do Estado do Desenvolvimento e
Assistência Social, Família e Combate à Fome**

Wellington Dias

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Lílian dos Santos Rahal

Depto. de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água

Camile Marques Sahb

Depto. de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável

Patrícia Chaves Gentil

Coordenadora-Geral de Promoção da Alimentação Saudável

Gisele Ane Bertolini

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Reitor: Marcelo Carneiro Leão

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Cidadania (Proexc)

Moisés Santana

Coletânea Fomentar Sonhos

**Caderno 5 – Fomento Rural para a Segurança Alimentar e
Nutricional: experiência com camponesas e camponeses**

Ficha técnica:

Edição da Coletânea: Alzira J. de S. Medeiros (coordenação) José Nunes da Silva, Maurício Sardá de Faria, Ana Maria Dubeux Gervais

Edição: Alzira J. de S. Medeiros

Revisão: Antônio Marcos Machado Toledo

Ilustração: Raíssa Theberge

Projeto gráfico, arte e diagramação: Angola Comunicação

Editora Universidade Federal Rural de Pernambuco

Tiragem: 1000 exemplares

Equipe do Projeto AGROSAN (UFRPE)

Coordenador Geral

José Nunes da Silva - Professor Deptº de Educação

Coordenadora Adjunta

Ana Maria Dubeux - Professora Sênior
Universidade Federal Rural de PE

Coordenador Adjunto

Maurício Sardá de Faria - Professor Deptº de Ciências Sociais

Coordenadora Pedagógica

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros

Assistente Administrativo

Gilberto Pedro de Lima

Bolsistas

Ernestina de Freitas Giles

Jackline Gomes da Silva

Gáudia Maria Costa Leite Pereira

Apoio: TED 18/2021. Apoio Institucional à Abordagem de SAN e EAN no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) – Governo Federal/ Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Incubacoop. Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – Fadurpe.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

F672 Fomento para a segurança alimentar e nutricional: experiência com camponesas e camponeses / Ana Maria Dubeux Gervais... [et al.]. – Recife: EDUFRPE, 2023.
62 p.: il. – (Fomentar sonhos, cad. 5)

Inclui bibliografia

1. Fome – Pernambuco 2. Pobreza rural 3. Mulheres
4. Segurança alimentar 5. Extensão rural 6. Assistência alimentar
7. Camponeses 8. Camponesas I. Gervais, Ana Maria Dubeux
II. Série

CDD 363.809 813 4

Autoria:

Ana Maria Dubeux Gervais - Doutora em Sociologia, professora sênior (UFRPE), participante do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE).

Ana Paula Gomes da Silva - Economista Doméstico (UFRPE), Mestre em Nutrição (UFPE), Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE), extensionista rural do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA).

Carlos André Lima Silva - Técnico em agropecuária pela Fundação Bradesco, graduando em enfermagem pela Faculdade Integrada Cete, assistente técnico do IPA.

Ernestina de Freitas Giles - graduanda em C. Sociais (UFRPE), bolsista do Projeto Agrosan (UFRPE, 2019 a 2021).


Izabela Alves Lopes - Gestora Ambiental (IFPE), Especialização em Recursos Hídricos (IFCE) e em Gestão Pública (IFPE), técnica em agropecuária pela Fundação Bradesco e assistente técnica em extensão rural do IPA.

João Paulo Peterson de Santana - Técnico em agropecuária, bacharel em Zootecnia (UFRPE), assistente técnico de extensão rural do IPA.

Milze Silva da Luz - Economista Doméstico (UFRPE), Mestranda em Agroecología pela Universidad de Córdoba - Espanha, extensionista rural do IPA.

Nayra Luiza de Oliveira Souza - Economista Doméstico (UFRPE), graduanda em Direito (AESGA) e extensionista rural do IPA.

Silvana Maria de Lemos - Economista Doméstico pela UFRPE, Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE, Mestranda em Agroecología pela Universidad de Córdoba - Espanha, extensionista rural do IPA.



*"Num país como o Brasil, manter a esperança
viva é em si um ato revolucionário."*

Paulo Freire

Sumário

Apresentação	12
Introdução	18
1. Caracterização do território de ação	24
2. Caracterização das famílias camponesas que receberam o fomento	30
3. Mulheres do agreste e o enfrentamento à pobreza rural e à insegurança alimentar	36
4. A metodologia de Ater: abordagem de SAN e EAN para famílias camponesas	42
4.1 A sensibilização para a ação e o diagnóstico	45
4.2 A elaboração do projeto produtivo	45

4.3 As atividades de Ater no acompanhamento das famílias	49
5. Os desafios do processo	55
Referências	59

Apresentação

Caro leitor e cara leitora,

Esta coletânea, Fomentar Sonhos, reúne reflexões que emergiram de experiências educativas realizadas durante a execução do Projeto Apoio Institucional à Abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional e Educação Alimentar e Nutricional (Projeto Agrosan), por homens e mulheres que trabalharam no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em Pernambuco, no período de 2018 a 2021, doravante denominado por Programa Fomento Rural.

O Projeto Agrosan, coordenado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Incubacoop)¹, do Departamento de Educação, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), envolveu atividades de pesquisa, formação e elaboração de materiais de apoio didático. Dentre estes estão os seis cadernos

1. Fundada em maio de 1999, tem experiência com grupos populares e da economia solidária no meio rural e na assessoria a gestores para a implementação de políticas de agroecologia.

desta Coletânea, enquanto referências do processo de acompanhamento técnico realizado às famílias que acessaram o Programa Fomento Rural, objetivando a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Criado no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, pela Lei nº 12.512/2011, e regulamentado pelo Decreto nº 9.221/2017, o Programa Fomento Rural atende famílias em situação de vulnerabilidade social inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e, prioritariamente, em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Este Programa oferece acompanhamento social e produtivo e recursos financeiros não reembolsáveis às famílias agricultoras para investimento na produção familiar. Na modalidade Tradicional, o valor do fomento é de R\$ 2.400,00 para as famílias com renda per capita de até R\$ 89,00; na modalidade Semiárido, o valor do fomento é de R\$ 3.000,00, repassado em duas parcelas diretamente aos titulares e às titulares com renda per capita de até R\$ 178,00, por meio do Bolsa Família².

No Semiárido, o Programa Fomento Rural realizou parceria com organizações que executam o Programa Cisternas reunindo o acesso à água para produção para quem já tinha o acesso à água de beber (chamada

2. Atividades Produtivas Rurais Disponível em <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-productiva-rural/programa-de-fomento-as-atividades-productivas-rurais> acesso em 15.05.2023.

primeira água), o acompanhamento técnico e o investimento financeiro. Essa junção dos programas tem sido bem avaliada pelas famílias agricultoras e as organizações executoras.

Em Pernambuco, a execução se deu por meio da parceria com a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), que contratou 201 projetos com cada associada – tais como Cáritas Diocesana de Pesqueira, Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Diáconia e Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) – para execução em diferentes municípios. O Projeto Agrosan dedicou-se à análise metodológica do acompanhamento às 70 famílias que receberam o apoio do Programa Fomento Rural por cada uma das organizações.

As cisternas e o acompanhamento social e produtivo foram implementados com o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O recurso não reembolsável do Programa Fomento Rural, disponibilizado para cada uma das famílias, adveio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Esta experiência inédita será mais detalhada no **caderno 2**.

O Programa Fomento Rural, na modalidade Tradicional, foi executado no Estado pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, em parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC),

por meio de Chamadas Públicas de Ater e diferentes instrumentos públicos. Os recursos financeiros destinados ao acompanhamento junto as famílias agricultoras vieram do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)³.

Como o acompanhamento às famílias incorporava a segurança alimentar e nutricional? Esta pergunta norteou nossas reflexões nas atividades do Projeto Agrosan. Para a compreensão da forma como as instituições abordaram o tema da segurança alimentar e nutricional no âmbito do Programa Fomento Rural, realizamos o diálogo com as equipes técnicas que acompanharam as famílias agricultoras e que fizeram o curso de extensão Fomento Rural para a Segurança Alimentar e Nutricional e Educação Alimentar e Nutricional. Além disso, estudos foram desenvolvidos sobre o desenho institucional do Projeto; as abordagens e estratégias das organizações executoras; e a natureza e morfologia do público beneficiado.

Consideramos o curso a atividade mais importante do Projeto Agrosan, realizado por meio virtual devido à pandemia de covid-19, configurando-se em um espaço privilegiado de diálogo com as instituições executoras com base na pesquisa participante e na sistematização coletiva de conhecimentos reunidos nos seis cadernos

3. O Programa Cisternas - Água 2, quando executado de forma independente do Programa Fomento Rural, inclui o caráter produtivo. Neste caso não há repasse de recurso financeiro não reembolsável às famílias.

construídos em coautoria com esses técnicos e técnicas.

Ao estudarmos as multidimensões sobre a pobreza e a fome, sistematizadas no **caderno 1**, notadamente sua dimensão política, entendemo-las como uma responsabilidade do Estado e de políticas públicas para buscar as soluções no enfrentamento dessas mazelas que voltaram a atingir milhões de pessoas no Nordeste, principalmente no meio rural, as mulheres e a população negra, de acordo com a pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) de 2021.

O Projeto Agrosan possibilitou a construção de uma proposta de referência para a abordagem sobre soberania e segurança alimentar e educação alimentar e nutricional para o acompanhamento produtivo e social do Programa Fomento Rural que tem como fundamento metodológico o respeito à cultura dos sujeitos; e o direito de homens, mulheres e crianças a terem garantido pelo Estado o acesso a alimentos de qualidade, adequados, diversos, permanentes e produzidos de forma justa e ecologicamente sustentável.

As mulheres agricultoras são importantes na construção da agroecologia como alternativa alimentar no enfrentamento à pobreza e à fome e são criativas na gestão de recursos financeiros. Representam cerca de 72% do total das pessoas que acessaram o Programa Fomento Rural em Pernambuco. Estas questões, somadas à necessidade da justa divisão do trabalho doméstico,

compõem nossa análise em todos os cadernos.

A metodologia de abordagem da temática de segurança alimentar e nutricional deve levar em consideração os diferentes sujeitos da ação educativa e as especificidades dos beneficiários e beneficiárias do Programa Fomento Rural? As reflexões sobre essas indagações no acompanhamento junto as famílias do povo Kambiwá, quilombolas, assentadas e do camponato tradicional, vivendo em áreas não reformadas, integram este e os **cadernos de número 3, 4 e 6**.

A segurança alimentar e nutricional diz respeito a um ser humano complexo, diverso e que deve ser visto em sua integralidade: corpo, mente, espírito, alma. O alimento tem uma dimensão simbólica e afetiva na vida. Por isso, a comida de verdade alimenta corpo e alma. A cultura e o ecossistema compõem os sistemas alimentares e nos desafiam para pensar além da produção na perspectiva da superação da pobreza e da insegurança alimentar. Este debate faz parte do **caderno 2**.

O processo dialógico que acompanhou a produção desta coletânea teve como alimento a socialização dos conhecimentos que brotaram deste intercâmbio entre a universidade, o meio técnico de instituições estatais e da sociedade civil e as famílias agricultoras.

Boa leitura!

Introdução

O Projeto Agrosan buscou refletir, ao longo de suas atividades, as experiências vividas pelas equipes técnicas das instituições públicas e da sociedade civil que participaram do Programa Fomento Rural, no sentido de evidenciar a abordagem sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Educação Alimentar Nutricional (EAN) no cotidiano das famílias, percebendo como estas contribuem para o enfrentamento da pobreza rural no Semiárido pernambucano.

Esta publicação é resultado de reflexões promovidas junto à equipe técnica do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) que acompanhou famílias camponesas e da agricultura familiar na implementação do referido programa, na Modalidade Tradicional, explicada na apresentação deste caderno.

Nosso objetivo no texto é salientar a abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional no processo de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) junto às famílias do campesinato que habitam em sítios e/ou localidades rurais que não pertencem a povos e agrupamentos identitários como quilombolas, indígenas ou assentados da reforma agrária no território do Semiárido pernambucano.

Bem sabemos que o Semiárido tem características climatológicas ditadas pelas altas temperaturas, elevado déficit hídrico e com irregularidades no espaço temporal das precipitações, o que por vezes leva a longos períodos de estiagem que provocam

impactos no modo de vida causando perdas sociais, econômicas e ambientais.

Até a década de 1980 os estudos realizados sobre o Semiárido associavam a fome e o atraso econômico às condições do clima e suas peculiaridades. Nesse contexto, as soluções políticas apresentadas eram ancoradas em um modelo de desenvolvimento que considerava apenas o progresso técnico. As políticas de desenvolvimento buscavam combater a seca criando frentes de emergência com obras superfaturadas e desvios de recursos públicos que beneficiavam os latifundiários caracterizando o que historicamente tem sido chamado de “indústria da seca” (ver caderno 1 e 2).

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) tem apresentado um novo paradigma de Convivência com o Semiárido assentado na agroecologia e no acesso à água para o fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais. O acesso à água tem sido favorecido pela construção de cisternas para consumo e produção com captação de água de chuva. Tal estratégia é primordial para a segurança alimentar e nutricional e hídrica e tem influenciado políticas públicas. Porém, a modalidade executada pelo IPA, em parceria com o PDHC, não prevê a instalação dessas tecnologias sociais de acesso à água. Eis um desafio a superar.

O Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), criado em

2001, decorrente de empréstimos firmados entre o governo brasileiro e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), busca promover o Desenvolvimento Rural Sustentável no Semiárido, por meio da articulação de políticas públicas nos três níveis de governo, estimulando a troca de experiências entre as famílias camponesas e as práticas sustentáveis de produção.

A Modalidade Tradicional deu início ao Programa Fomento Rural em sua origem. O projeto produtivo, denominado “caráter produtivo”, define o objetivo e a aplicação dos recursos do fomento, que são entregues às famílias em materiais e insumos, em duas etapas, de acordo com os critérios já informados.

Para o Agreste pernambucano, onde se localizam as famílias contempladas pelo referido programa, o IPA incentivou o “caráter produtivo” com atividades da pecuária e do policultivo. Em todos os projetos inseriu a doação de sementes de palma para a forragem, visto que a maioria das famílias agricultoras cria animais.

Em todo o Estado, a instituição pública de Ater atendeu 1.596 famílias, durante 2018 a 2021. Para a análise da abordagem de SAN e EAN no Projeto Agrosan trabalhamos com uma amostra qualificada composta por cinco municípios do Agreste como critério para a seleção de quinze profissionais que participaram do curso de extensão Fomento Rural para a Segurança Alimentar e Nutricional e Educação Alimentar e Nutricional.

Tal restrição deveu-se a uma capacidade operativa do Projeto Agrosan e para favorecer a entrada de técnicos e técnicas do Agreste pernambucano, já que a experiência da Modalidade Semiárido estava concentrada nos Sertões do Pajeú e do Moxotó.

Mas, para além de destacar as características relativas ao solo e ao clima da região, queremos destacar o sentido humano de viver e conviver com esse ecossistema por meio de um processo de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que melhore o dia a dia das famílias camponesas em termos do acesso à água, à terra, às sementes crioulas e às tecnologias sociais implementadas. Além disso, que crie estratégias coletivas de construção do conhecimento no diálogo dos diferentes saberes permitindo às famílias, por um lado, condições para enfrentar a pobreza e, por outro, proporcionando às técnicas e aos técnicos uma reflexão sobre essa prática.

A realização do Projeto Agrosan nos fez perceber que a abordagem de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) deve atender às especificidades das diferentes identidades do campesinato do Semiárido. A cultura alimentar e a forma como se relaciona com o território é diferente para indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e camponeses em geral. Uma outra constatação é que a maior parte do público atendido no Programa Fomento Rural, nas duas modalidades, é composta por

camponeses e camponesas sem nenhuma relação identitária com os povos e/ou comunidades tradicionais que têm acesso precário à terra, à água e à informação.



Este caderno tem o propósito de construir algumas referências para a abordagem de SAN e EAN no acompanhamento do Programa Fomento Rural a partir das reflexões em torno das Cartas Pedagógicas escritas pela equipe técnica do IPA durante o curso de extensão Fomento Rural para a Segurança Alimentar e Nutricional e Educação Alimentar e Nutricional com a sistematização de suas experiências de Ater junto às famílias, de vídeos gravados pelas agricultoras, de entrevistas com as coordenações desta instituição e de diálogos que aconteceram no transcorrer do Projeto Agrosan.

1

Caracterização do território de ação

As técnicas e os técnicos que participaram do curso de extensão desenvolveram as ações de acompanhamento às famílias nos municípios de Alagoinhas, Bom Conselho, Jucati, Jurema e Saloá, no Agreste pernambucano. Caracterizaremos assim a região a partir das particularidades do Semiárido ressaltando o processo de acompanhamento e a participação das famílias camponesas que acessaram essa política pública.

Historicamente essa região sofreu influência colonizadora que, em termos econômicos, expressa-se principalmente pela atividade da pecuária. Existem estudos que demonstram que houve uma proibição da pecuária pela Coroa portuguesa na Zona da Mata canavieira da Capitania de Pernambuco. Esta proibição orientou o deslocamento do gado para o Agreste e o Sertão seguindo o caminho inverso das águas do Rio São Francisco e de seus afluentes. Assim a Coroa portuguesa incentivava ao mesmo tempo o povoamento dessas terras e a formação de latifúndios que, a partir da ocupação de extensas áreas, ignoravam as populações nativas influenciando a identidade do território até os dias atuais.

É importante destacar os impactos ambientais da atividade da pecuária. Trata-se de uma atividade predatória em relação a esse ecossistema, onde a água é escassa e a produção vegetal difícilíssima. As políti-

cas públicas mais recentes estimularam a adoção da ovinocaprinocultura de maneira tão extensiva quanto os bovinos no passado. Do ponto de vista simbólico, possuir um bovino é símbolo de status.

O Semiárido pernambucano é marcado pela cultura de resistência e por lutas históricas do campesinato do Nordeste. Em tempos de chuvas as famílias camponesas produzem principalmente feijão, milho e mandioca, culturas que se aliam à pecuária tanto para o autoconsumo de alimentos quanto para a venda dos excedentes.

Em importante estudo, Reis (2019) indica que a estrutura fundiária do Semiárido brasileiro reflete a desigualdade e ao mesmo tempo impede a transformação da correlação de forças entre latifundiários e famílias camponesas, sobretudo em função da dificuldade do acesso à terra. Esta concentração se mantém no Censo Agorpecuário de 2017, onde a maioria (77%) dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar, mas ocupam uma extensão territorial reduzida que equivale a 80 milhões de hectares da área cultivável e o acesso à terra se restringe ainda mais quando a direção dos estabelecimentos inclui as mulheres. Confirma essa realidade o fato de apenas 30% entre as 259 famílias camponesas que compõem nossa amostra qualificada para a análise do perfil das/dos beneficiárias/os possuírem título de propriedade da terra. (INCUBACOOOP, 2021)

Esse autor afirma ainda que, em termos quantitativos, a população rural que se caracteriza como camponesa é expressiva e dela depende em grande parte a alimentação da região. No entanto, o acesso à terra ainda é uma questão não resolvida e isso impacta na condição de desigualdade que vive o campesinato, sobretudo no que se refere a sua identidade e reprodução da vida.

Para além da estrutura fundiária, a mentalidade do coronelismo ainda reflete sobre as relações sociais de dependência e subordinação. Esta mentalidade é também presente na análise de Quijano (2016) sobre a colonialidade do ser, do poder e do saber. As famílias camponesas são pressionadas, material e subjetivamente, para reproduzir a cultura do latifúndio perdendo aos poucos a capacidade de manejo do policultivo como outrora e tendo a ideia de que seu direito é “um favor” dado pelos poderosos de plantão, elementos que no processo de acompanhamento devem ser sempre ressignificados.

Permanece assim a ação política clientelista, que se reflete em diversos segmentos e instituições públicas em detrimento das classes trabalhadoras e mantendo as elites no poder. Transformar essa realidade é um constante desafio, inclusive pela precária presença de um Estado com um histórico de constante contradição com os princípios republicanos.

Finalmente, buscamos inspiração em Josué de Castro para melhor compreender a cultura alimentar da

região, elemento central no processo de acompanhamento desenvolvido pela equipe técnica. Esse autor estabelece uma relação entre a fome e a seca e indica a existência de “episódios de fome” que são *“intercalados ciclicamente com os períodos de relativa abundância que caracterizam a vida do sertanejo nas épocas de normalidade”* (1984, p. 165).

Convém destacar que nesta qualificação de regiões alimentares do Brasil, por Josué de Castro, os sertões abrangem o Agreste pernambucano.

O autor afirma a identidade do camponês como um plantador de produtos de “sustentação para seu próprio consumo”, diferente do que se observa, numa lógica mercantilista, com a plantação da cana-de-açúcar destinada à exportação. Para Josué de Castro, no entanto, a riqueza da produção camponesa está justamente na capacidade de produzir alimentos diversificados integrados às condições do ecossistema. Como afirma o autor em *Geografia da Fome*, a obra aqui citada, o regime alimentar é apresentado como superior à zona canavieira em todo o Nordeste.

Essa cultura alimentar revela que o sertanejo tem menos deficiências proteicas em função do consumo da proteína animal e da presença do mel, da carne e do leite misturado às comidas de milho. E explica a influência alimentar do contato dos povos do Semiárido com outras culturas, inclusive daqueles que adentraram os sertões para lhes colonizar. Passemos agora

a analisar como tais heranças se refletem nas características das famílias contempladas pelo Programa Fomento Rural no contexto atual.



VALORIZAÇÃO DA
CULTURA ALIMENTAR e
SABEDORIA ANCESTRAL

AUTO CONSUMO
como
PRIORIDADE



2

Caracterização das famílias camponesas que receberam o fomento

O público sobre o qual versa este caderno é chamado pelo IPA de camponeses tradicionais. Esta categoria representa a maioria entre as famílias beneficiadas que acessaram o Programa Fomento Rural. Aqui é muito importante diferenciar dois conceitos que têm essencial importância para a caracterização desse público: o de agricultura camponesa e o de agricultura familiar.

A agricultura camponesa resgata valores ancestrais de identidade e vinculação com o território com foco na luta e na (r)existência (CARMO CRUZ, 2006). Caracteriza-se ainda por um modo de vida vinculado à natureza, com produção de alimentos para o sustento da família e comercialização dos eventuais excedentes, e força de trabalho familiar prioritariamente. São aqueles que desafiam as relações com o Estado e a sociedade de mercado por não se orientarem pelo lucro. Desta forma eles contradizem os que insistem em anunciar o fim do campesinato e ainda desafiam a realidade a partir de processos coletivos de luta.

Por outro lado, a agricultura familiar refere-se a um público que também se caracteriza por relações de trabalho familiares, mas que no contato com o agronegócio especializam suas produções agregando tecnologias na perspectiva de integração com o mercado. Buscam como elemento estruturante a articulação com o Estado, que toma para si os interesses do capital, viabilizando políticas públicas e parcerias

com o intuito de possibilitar o (des)envolvimento local e sustentável, mas de maneira a sedimentar o capital (MENDONÇA e THOMAZ JÚNIOR, 2005).

ECONOMIA CAMPONESA

modo de vida

Valorização do acesso à ÁGUA,
TERRA e SEMENTES!



Não iremos aprofundar este debate conceitual, mas é importante destacar que as duas características estão presentes no público que acessou o Programa Fomento Rural. E, por vezes, mesmo as famílias camponesas tradicionais sofrem influências da mercantilização, que geram conflitos existenciais na medida em que sua condição de “pobreza”, do ponto de vista do acesso ao capital, não lhes permite reproduzir o modelo.

O mosaico de perfis que daí decorre é diverso e influencia a Ater, que, em função das dificuldades

cotidianas de infraestrutura e financiamento para desenvolver suas ações, acaba por homogeneizar o atendimento não identificando as especificidades das famílias envolvidas, o que prejudica sobremaneira a abordagem da segurança alimentar e nutricional e da educação alimentar e nutricional.

Nesta categoria há uma maioria formada por mulheres (78,47%) no acesso ao Programa Fomento Rural. Supomos que essa maioria tenha relação com o fato do registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ser em geral da mulher. Também se deve à crescente mobilização e atuação das mulheres na defesa da terra; às migrações sazonais e permanentes dos homens; e à relação com a alimentação da família, entre outras razões pelas quais privilegiamos esse público em nossa análise.

A equipe do IPA que realizou o acompanhamento relatou que a maior parte das famílias não tem terra própria, o que indica a existência da concentração fundiária no território do Semiárido.

Entre as 259 famílias camponesas que compõem nossa amostra⁴ qualificada para a análise do perfil das/dos beneficiárias/os, por ocasião de atividades remotas do curso de extensão, a maioria é comoda-

4. Em Pernambuco, o IPA atendeu 1.596 famílias, de 2018 a 2021, pelo Programa Fomento Rural. Para nossa análise fizemos uma amostra de 22 % composta por cinco municípios do Agreste, que totalizam 331 famílias. Destas, 72 são quilombolas e não entram em nossa análise neste caderno.

tário e posseiro (37,6% e 31,5%, respectivamente). (INCUBACOOP, 2021).

O acesso à água também é precário. Na região, a tradição é buscar os armazenamentos naturais, a exemplo dos cacimbões que se formam nas reentrâncias de rochedos, além do aproveitamento das águas dos rios e riachos nos períodos em que não seque completamente.

É essencial destacar que quando vinculado ao acesso à água o Programa Fomento Rural garante de forma mais efetiva a segurança alimentar e nutricional.

O nível de escolaridade das famílias é coerente com sua situação de vulnerabilidade social, que clama por soluções urgentes do Estado nas três esferas de poder. A sistematização dos dados revela que 67% têm apenas o ensino fundamental e ainda temos 3% de analfabetos; 23,14% têm ensino médio completo; e só 1,09% têm o curso superior completo.

Um dos propósitos do Programa Fomento Rural é facilitar o acesso a outras políticas públicas, o que acabou provocando o primeiro acesso a políticas como a

emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)⁵, ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). A DAP é um documento importante para as famílias, como podemos perceber no registro a seguir:



“Eu agradeço primeiramente a Deus e agradeço por estar hoje nesse evento e conhecer todos vocês. Quero dizer que conheci o IPA há muito tempo, era um dia de muita chuva e chegou o primeiro técnico na nossa comunidade e eu nunca tinha escutado falar do IPA e nem sabia o que era DAP. Hoje eu tenho em minha mente que a DAP foi meu segundo registro que mostra que sou agricultora. Depois da DAP fiz o Garantia Safra.” (Fala de uma agricultora camponesa em seminário promovido pelo PDHC).

Com a aquisição de alguns direitos, torna-se possível o exercício da cidadania e a possibilidade de esperar aparece na vida das famílias do Semiárido de Pernambuco.

5. O mesmo que CAD que está sendo implantado, mas que ainda não contempla todas as situação do campo.

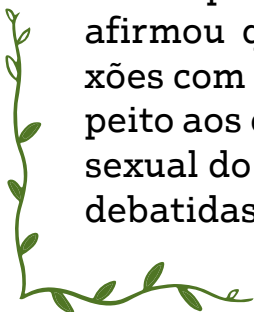
3

Mulheres do Agreste e o enfrentamento à pobreza rural e à insegurança alimentar

Como já afirmamos, as mulheres formam maioria no acesso ao Programa Fomento Rural. A condição da mulher em relação à família, na cultura patriarcal, coloca-as num lugar de cuidado de crianças, idosos e enfermos e dos serviços domésticos (trabalho reprodutivo). Elas também realizam o trabalho de produção ao redor de casa e nos roçados, entre outras atividades.

De acordo com Maria Salet F. B. Novellino e João R. Belchior (2008), as mulheres que acessaram o Programa Fomento Rural, no total, representam 78,47% e são maioria quando olhamos para os dados de analfabetismo, o que reforça a tese explorada por Novellino (2004) e diferentes autores acerca do processo crescente de feminização da pobreza.

No percurso metodológico do curso de extensão realizamos debates sobre a importância das mulheres na promoção da SAN e da EAN. A equipe técnica afirmou que, em muitos casos, proporcionou reflexões com as famílias em torno da necessidade de respeito aos direitos das mulheres. A autonomia, divisão sexual do trabalho e saúde da mulher também foram debatidas nas atividades de acompanhamento.





Apesar de maioria, nem sempre as mulheres detêm o poder de decidir sobre a aplicação dos recursos para o investimento. Em alguns casos, mesmo quando já havia uma decisão coletiva com a família, as mulheres comunicavam posteriormente a mudança para a aplicação dos recursos do fomento deixando supor que ainda prevalece a decisão da figura masculina em um exercício evidente da cultura patriarcal.

A assessoria técnica precisa adequar os projetos à realidade das mulheres do campo, pois não é possível seguir padrão metodológico pré-determinado como se a rotina de trabalho de todos os membros da família fosse igual.

Nas ações das comunidades é notória a participa-

ção ativa das mulheres com grande interesse pelo Programa Fomento Rural. O envolvimento e o compromisso delas em participar de todas as atividades está em aplicar o recurso para garantir a melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

A participação das mulheres é muito significativa nos espaços coletivos e públicos. Porém, os homens ainda ocupam o lugar de poder e querem destinar às mulheres a realização de tarefas que envolvem o “voluntariado” e uma visão de atividades “femininas” como redigir a ata, organizar e limpar os espaços e providenciar a alimentação, por exemplo. Não pretendemos minimizar a importância da participação dos homens nas decisões, mas refletir sobre o poder das mulheres e de sua capacidade de decidir. E não reproduzir nos espaços públicos o lugar da subalternidade que a cultura patriarcal coloca a mulher na vida privada.

São muitas as dimensões sobre a condição das mulheres rurais do Semiárido. A metodologia de Ater deve promover sua participação nas decisões da atividade produtiva ou ainda na gestão financeira. As mulheres têm ocupado um lugar de protagonismo no campo por ficarem na terra e pelo cuidado com a família e sua alimentação. Em muitas experiências elas são as guardiãs das sementes crioulas, as protagonistas nas lutas pelo acesso à terra e as promotoras de uma cultura alimentar vinculada ao território que optam mais facilmente pela agroecologia, pelas plantações

medicinais e pela comercialização e se unem para trabalhar com base na economia solidária.

Uma das questões de maior importância é a contribuição do Programa Fomento Rural para a emancipação e autonomia das mulheres, principalmente aquelas que sofrem violência doméstica. Não é possível ter SAN e EAN em um ambiente de violência doméstica ou institucional. Pernambuco tem um alto índice de feminicídio. A violência prejudica a saúde física e mental e adoce o espírito e a alma. Portanto, nas abordagens do acompanhamento social e produtivo é essencial construir espaços específicos para permitir a livre expressão das mulheres.



A autonomia financeira é uma necessidade para a superação da subalternidade das mulheres frente à cultura patriarcal, sobretudo no meio rural. As mulheres que vivem em sítios numa condição de isolamento espacial e físico, diferente das que vivem em territórios comunitários e/ou de assentamentos rurais, estão mais vulneráveis à violência. A condição de mobilidade dessas mulheres é difícil – sair para resolver questões administrativas, acessar o atendimento básico de saúde ou mesmo escolarizar seus filhos, uma vez que envolve recursos financeiros que elas não dispõem –, como analisa Lorena Moraes et al. (2021).

Segundo depoimentos da equipe técnica, a participação das mulheres em atividades fora de casa foi sempre motivo de conflitos domésticos. Contudo, foram essenciais para ampliar os horizontes delas. Frente a essa importância, o IPA instalou espaços de recreação para as crianças nos momentos formativos com mulheres.

Observa-se, no entanto, que houve uma ampliação dos conhecimentos e da relação com outras mulheres, com suas experiências nos dias de campo e visitas, chamando a atenção para a produção diversificada e enriquecida nutricionalmente. A autonomia e o direito de ir e vir são condições que as mulheres vêm conquistando para transformar sua própria realidade frente à cultura patriarcal, à pobreza e à insegurança alimentar.

4

A metodologia de Ater: abordagem de SAN e EAN para famílias camponesas

Refletir sobre as metodologias de Ater é para nós um desafio, assim como foi realizar esse diálogo com as técnicas e os técnicos durante o curso de extensão. Consideramos que deve existir uma especificidade na metodologia de abordagem de segurança alimentar e nutricional para os diferentes sujeitos identitários do campesinato. Em um primeiro momento, pensando ser uma diferenciação discriminatória, os técnicos e técnicas disseram que tratavam todos os beneficiários de forma igual. À medida que o debate esclarecia o sentido da questão seguimos na investigação participante sobre as diferentes abordagens.

Para a reflexão acerca da metodologia nos guiaremos pelo conceito de Ater Agroecológica elaborado por Caporal e Dambrós (2017), que propõem observarmos a multidimensionalidade desse processo que considera os requisitos da equidade social, da produtividade, da estabilidade e da sustentabilidade ambiental somente presente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Ainda segundo Caporal (1998), a extensão rural agroecológica pode ser definida como uma construção educativa com base em metodologias participativas de investigação, na qual os sujeitos buscam sistematizar conhecimentos para transformação da realidade e busca de soluções que considerem o modo de vida camponês com sua cultura plural e a adequação aos agroecossistemas.

A equipe técnica recebeu orientações e uma formação específica para a execução do Programa Fomento Rural pelo PDHC. Ela indica que o acompanhamento esteve baseado nos princípios metodológicos da participação e do diálogo que possibilitam aos agricultores e às agricultoras expressarem seus pensamentos atuando como sujeitos da construção de conhecimentos. A busca por uma relação horizontal, diminuindo as hierarquias existentes entre os diferentes conhecimentos, demonstra uma convergência a um princípio elementar da extensão rural agroecológica, proposta por Caporal, que é uma relação educativa permeada pelo diálogo recíproco entre as equipes técnicas e os camponeses e as camponesas, *ensinantes e aprendentes*.

Como processo educativo, a ação da Ater não ocorre de forma neutra. A escolha metodológica configura uma opção política frente a um contexto de desigualdade e injustiça social e é uma forma de proporcionar às famílias a possibilidade de ampliação de sua participação nos espaços públicos de decisão fomentando a organização coletiva e seu empoderamento.

Para a seleção das famílias alguns critérios foram utilizados, além dos exigidos pelo Programa Fomento Rural já mencionados, como: famílias que já eram atendidas pelo IPA; famílias de uma mesma comunidade; ou ainda localização de fácil acesso.

Em linhas gerais, o Instituto trabalhou com três etapas metodológicas principais: a) sensibilização para

a ação e o diagnóstico; b) construção do projeto produtivo; e c) acompanhamento de sua implementação.

4.1. A sensibilização para a ação e o diagnóstico

O processo de sensibilização para a ação se inicia por um movimento de articulação nos territórios com a apresentação do Programa Fomento Rural no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Esse momento possibilitou ouvir as indicações das representações sobre as comunidades a serem beneficiadas. Essas informações, cruzadas com as listas disponibilizadas pelo MDS, possibilitaram a seleção das famílias que estavam em Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN).

O contato com associações, sindicatos, movimentos sociais e órgãos públicos foi essencial. Vale ressaltar que a abordagem de SAN e EAN foi uma novidade para algumas dessas organizações uma vez que nem sempre essas dimensões estão presentes nas estratégias.

4.2 A elaboração do projeto “caráter produtivo”

Apesar de ser denominada essa etapa como o momento de elaboração do projeto “caráter produtivo”, convém ressaltar que, segundo a equipe, tal momento não esteve apenas atrelado à produção. O desafio era olhar a realidade com a lente multidimensional da

extensão rural agroecológica e construir com as famílias a melhor estratégia dentro das possibilidades dos recursos disponibilizados pelo Programa Fomento Rural que, como já explicado, trata-se de insumos e materiais.

A maioria dessas famílias já era conhecida das/dos extensionistas, o que pode ser um fator positivo, pois já existe um laço de confiança. Mas gera também uma expectativa e responsabilidade enorme, pois sabemos que muitas políticas não têm continuidade e os/as extensionistas se sentiam corresponsáveis ao propor o projeto às famílias. A insegurança de gerar falsas expectativas para as famílias foi de certa forma compensada pelo diálogo aberto com elas exercitando a escuta.

Nas primeiras conversas foram explicados os objetivos do projeto aos membros da família (todos que moram na casa) enfatizando a importância de sua construção. Observar se todos e todas estão tendo voz, com uma atenção especial aos jovens, mulheres e idosos, é essencial a fim de que a proposta represente a vontade de toda a família, pois representa seu futuro. O papel das técnicas e dos técnicos é o de escutar e mediar o diálogo fazendo algumas perguntas que possam levar a família a refletir sobre qual projeto produtivo será mais estratégico para mudar a situação de vulnerabilidade em que vivem.

A realização do diagnóstico com dados sociais, econômicos e ambientais de cada família possibilitou o conhecimento da realidade, como também o apoio na

tomada de decisão (família e técnicos/as) quanto ao projeto “caráter produtivo”. Essa definição não é uma tarefa simples, pois, apesar do foco na agroecologia e no desenvolvimento sustentável, muitas famílias querem reproduzir as atividades produtivas existentes nas grandes propriedades da região.

Além disso, nem sempre as técnicas e os técnicos têm formação específica para compreender que a extensão rural agroecológica deve buscar caminhos metodológicos que permitam mudança de padrões na perspectiva de uma agricultura sustentável. A transição agroecológica, que permite maiores possibilidades em termos de SAN e EAN, envolve também a mudança de mentalidade dos/as próprios/as técnicas e técnicos.

A escolha da atividade produtiva tem também impacto nos resultados do fomento. Em termos gerais, observa-se que a maior parte das famílias produz sem utilização de agrotóxicos, até porque não têm condições concretas de comprá-los. As atividades de criação de pequenos animais, composição da produção vegetal com as espécies da caatinga e/ou que não seja muito exigente em água, foram sempre orientadas pela necessidade de diversificação alimentar das famílias, visando o autoconsumo e a segurança alimentar e nutricional. O excedente seria para a comercialização.



Erivane Alves da Silva recebeu fomento para plantação de hortaliças. Sítio Neves, município de Jucati (PE), 09/06/2021.
Foto de Izabela Alves Lopes/Acervo do IPA.



Manoel Messias Rodrigues, recebeu fomento para criação de ovinos e galinha de capoeira. Sítio Vieira, município de Jucati (PE), 10/11/2021. Foto de Izabela Alves Lopes/Acervo do IPA.

4.3 As atividades de Ater no acompanhamento das famílias

A Ater acontece através de atividades individuais, familiares e coletivas como já explicado ao longo do texto.

As atividades coletivas realizadas possibilitaram, além do conhecimento da unidade familiar, a integração entre as famílias, aproximando realidades distintas com troca de experiências.

Ao contrário da lógica da monocultura, os princípios da agroecologia visam fortalecer processos duradouros em intrínseca relação com a dimensão comunitária e seus processos sociais e políticos.

Por ter como beneficiadas as famílias submetidas à situação de InSAN e de vulnerabilidade social, o IPA, na parceria para execução do Programa Fomento Rural, tem conseguido trazer à tona questões importantes como a segurança alimentar; a educação alimentar e nutricional; o direito humano à alimentação adequada e de qualidade; e a economia solidária quando da realização das atividades. Tem possibilitado ainda a visibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres camponesas, cidadãs, assim como favorecido a necessidade de defesa dos direitos das mulheres.



SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL PARA A SUPERÇÃO DA FOME e DA POBREZA RURAL



COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Valorização do trabalho das mulheres

- Abastecimento e cuidado familiar
- Divisão justa do trabalho doméstico



GARANTIR ACESSO À TERRA,
ÁGUA E SEMENTES



RESGATE DE ALIMENTOS e
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS



ESTIMULAR A ORGANIZAÇÃO
SOCIAL e POLÍTICA



ACESSO À INFORMAÇÃO





OFICINAS TEMÁTICAS (ÁGUA, SEMENTES, COMERCIALIZAÇÃO, SAÚDE, MULHERES...)

Trazer esta discussão para um grupo que luta todos os dias para ter o alimento na mesa, mas que, por outro lado, tem em seu quintal diversas possibilidades de produzir alimentos, faz-nos inverter a imagem das famílias para enxergá-las como pessoas que possuem riquezas e saberes e que podem transformar a realidade de suas comunidades. No entanto, é necessário entender que essa responsabilidade do Estado é uma prerrogativa do mesmo e requer o apoio de políticas públicas permanentes e efetivas frente à desigualdade histórica.

O aproveitamento integral dos alimentos também foi conteúdo do acompanhamento nas oficinas temáticas com experiências sobre a produção animal e vegetal. Tais atividades sempre foram muito bem aceitas pelas mulheres por se tratar de estratégias de superação da fome, sobretudo por vergonha e por não querer explicitar sua condição de pobreza.

Refletir sobre o consumo de alimentos ultraprocessados é fundamental na abordagem acerca da nutrição e saúde, uma vez que esse hábito tem contribuído para aumentar as doenças no campo. É preciso valorizar os alimentos inerentes à cultura alimentar do território como tapioca, suco de frutas, macaxeira, batata-doce e outros.

As atividades coletivas também tiveram a função de proporcionar o conhecimento de práticas e vivências com outras famílias que fazem uso de alternativas agroecológicas de Convivência com o Semiárido.

Os espaços de organização coletiva, bem como os de participação política proporcionaram aprendizagens muito importantes para o fortalecimento da soberania alimentar

Todas as experiências aqui relatadas e vivenciadas apresentam possibilidades para a abordagem da soberania e segurança alimentar e nutricional no Programa de Fomento Rural pelas equipes técnicas. Além disso, permitem uma tomada de consciência mais ampla acerca do papel político dessa ação, na direção contrária ao sistema agroalimentar hegemônico, e o despertar para a necessidade de lutar pelo direito de viver no campo e do campo em Convivência com o Semiárido.

A METODOLOGIA de trabalho precisa ter um OLHAR ESPECIAL para cada SUJEITO! Ter em conta que os SUJEITOS são DIVERSOS em categoria e também como INDIVÍDUOS!

TÉCNICO como SUJEITO ATIVO do CAMPO. capaz de mediar CONHECIMENTOS, processos, políticas públicas, INTERCÂMBIOS e a VALORIZAÇÃO de SABERES nesse TERRITÓRIO!



5

Os desafios do processo

São inúmeros os desafios enfrentados pelo campeonato para superar a pobreza e ter segurança alimentar e nutricional. Eles estão relacionados principalmente ao acesso à terra e à água e aos serviços de Ater de forma perene e pública, e aos mercados, entre outros.

Em relação ao contexto do País, salienta-se a liberação de agrotóxicos nocivos à saúde e proibidos em outros países.

Mas o maior desafio apontado nas discussões com as famílias é a dificuldade de acesso à água, sobretudo para as mulheres, que em geral são responsáveis por buscar água em locais distantes, preocupadas com o bem-estar da família. Buscar alternativas de armazenamento, economia e reaproveitamento de águas usadas é essencial para a abordagem de SAN e EAN para o Semiárido.

O Programa Fomento Rural, na Modalidade Semiárido, tem experienciado de forma inédita essa junção, bem avaliada pelas famílias e instituições, que se pode conhecer com a leitura dos outros cadernos.



É importante enfatizar que a pandemia Covid-19 impediu a realização de diversas ações restringindo, ou até suprimindo, a presença das técnicas e dos técnicos nas unidades familiares. A conquista das famílias a partir do fomento produtivo, a exemplo da agricultora que conseguiu uma máquina de prensar queijo, reduzindo seu esforço físico, mostra-nos o quanto projetos dessa natureza são eficazes.

Diante das conquistas, dos desafios e das dificuldades vislumbramos que é possível construir novas propostas que integrem equipes de várias instituições com o propósito de qualificar as ações e intercambiar

experiências. Pois é preciso sensibilizar as pessoas para que discutam a dimensão produtiva integrada a realidade econômica, social, cultural e ambiental do território e do país para caminhar na construção da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Referências

CAPORAL, Francisco Roberto e DAMBRÓS, Olivio. Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites. **Revista Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017 pp 275-297.

CAPORAL, Francisco Roberto. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 516f. Tese de Doutorado. (Instituto de Sociología y Estudios Campesinos). Universidad de Córdoba, Córdoba: Espanha, 1998.

CARMO CRUZ, Valter do. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia. Ano 22, v. 1, n. 26 p. 63-89 Jan-Jun/2006.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A discussão agricultura camponesa x

agricultura familiar e as perspectivas políticas para a reforma agrária. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário do Brasil 2017. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>.

MORAES, Lorena Lima de. et al. Mobilidade rural-urbana como entrave para o acesso às políticas públicas em tempos pandêmicos: o drama das mulheres rurais do Nordeste brasileiro. IPDRS, La Paz, Mayo de 2021.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira e BELCHIOR, João Raposo. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil, XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG, 2008.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. Apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 20 a 24 de setembro de 2004.

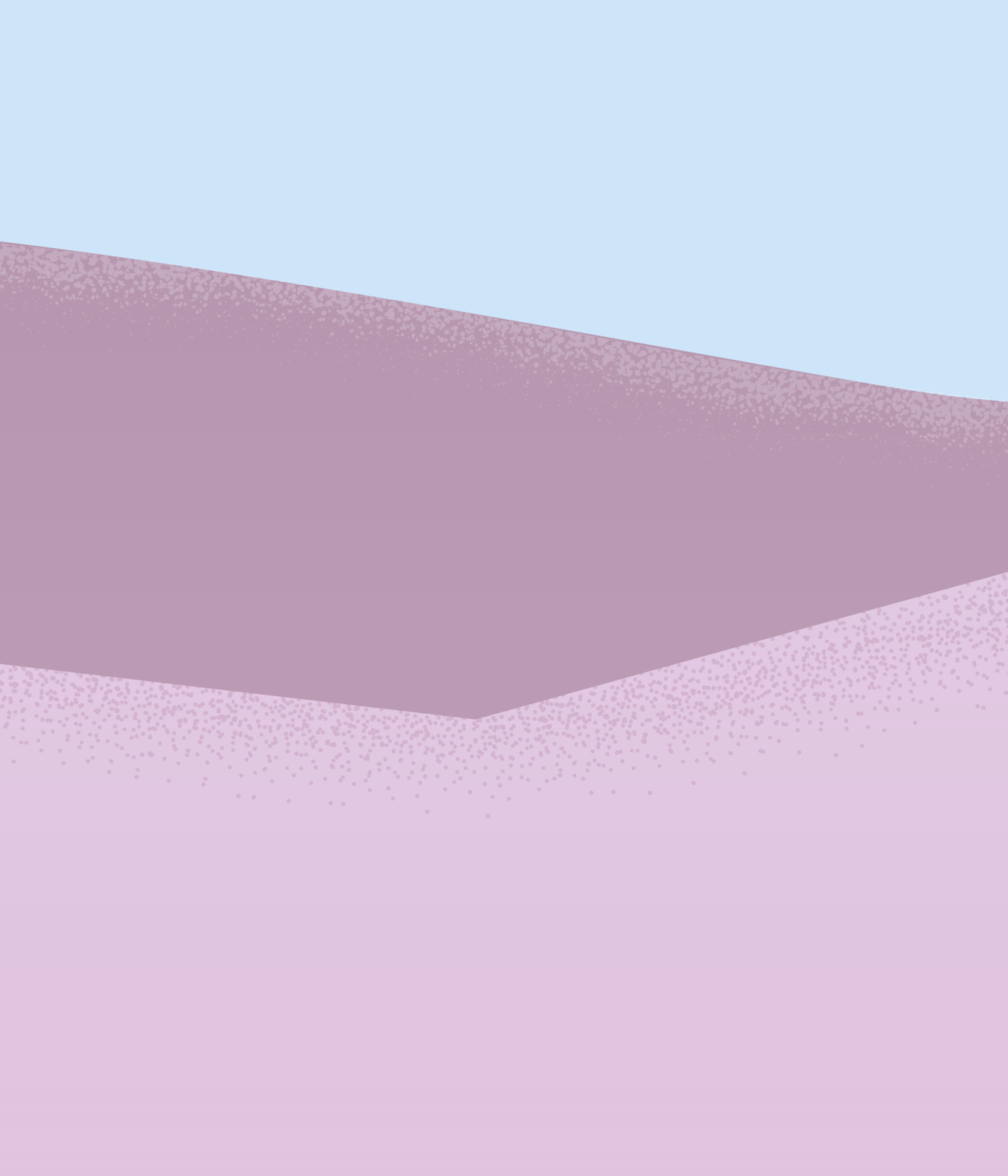
QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências

sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em 10/11/2016.

REIS, José Newton Pires. A insustentável distribuição da terra no semiárido brasileiro. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista/BA, vol. 16, n° 27, ano 16, p. 21-38, jan/jun 2019.

FOMENTAR
SONHOS







MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

